

A Amazônia em *Deserdados*, de Carlos de Vasconcelos: uma matriz que não vingou?

Prof.^a Dr.^a Marlí Tereza Furtado (UFPA)¹

Resumo:

Nosso propósito é analisar o romance *Deserdados* (1921), de Carlos de Vasconcelos, que retrata o universo dos seringais no boom da economia da borracha, verificando em que medida ele estabelece diálogo com os antecessores da primeira década do século XX e em que medida avança na técnica e na discussão sobre o homem inserido na região, servindo de modelo para os sucessores. Observaremos que o romance de Vasconcelos marca presença no cenário das duas primeiras décadas do século XX, uma vez que se debruça sobre a realidade brasileira e contribui para desmitificar e desmistificar a forma como um grande grupo de autores figurava a Amazônia, reiterando a fantasia do Eldorado. Nesse sentido, comprovaremos que o sertanismo desse autor, a despeito de ainda utilizar uma linguagem ou técnica do Naturalismo, assume a superação do otimismo patriótico e a adoção de um tipo de pessimismo diferente do que ocorria na ficção naturalista, enquadrando-se no, então, regionalismo problemático que se chamou de romance social, e que Antonio Candido aponta como presente na fase de pré-consciência do subdesenvolvimento, que marcou a literatura brasileira e latinoamericana .

Palavras-chave: Amazônia, *Deserdados*, matriz.

Do século XIX para o XX

José Veríssimo, em *Cenas da vida amazônica*, publicado pela primeira vez em 1886, acrescentou aos quatro contos do livro, seis textos que chamou de esboços, entre eles constam: *Indo para a seringa* e *Voltando da seringa*. Conforme o nome aponta, ambos os esboços se completam de forma antitética, pois no primeiro uma família, composta de pai, mãe, filho e duas filhas, fecha a casa do sítio em que habita e, seus componentes, cheios de planos, vão para a seringa. O narrador repete, como em um poema “Vão para a seringa/Vão para a fortuna”. Ele indica que o pai da família é uma espécie anfíbia, própria da Amazônia, por ser lavrador e pescador. Deixa claro, também, que existe uma febre local de ir para a seringa em determinada época do ano.

No esboço *Voltando da seringa*, o narrador fecha o texto com a frase: “No sítio só ficou a dor, a miséria e a desonra” (VERÍSSIMO, 2011, P. 270), para registrar o patético esfacelamento da família. Em digressões, o narrador nos conta, antes de encerrar a narrativa, os passos dessa miséria.

Interessante que nas subsequentes representações literárias da Amazônia, adentrando a segunda metade do século XX, o período econômico da borracha passa a ser constantemente explorado, mas tendo como ponto comum centrar-se na figura do nordestino, ou aludir às levas deles, agenciados por representantes de seringais, em fuga às secas do sertão e em busca de melhores perspectivas.

Ainda no século XIX, precisamente em 1899, o baiano-cearense Rodolfo Teófilo²(1853-1932) inaugura essa forma de representação com o livro *O Paroara*, do qual diz Temístocles Linhares tratar-se de: [uma imagem do êxodo cearense das secas, que ele

¹ Marlí Tereza Furtado (Dr.^a), Universidade Federal do Pará (UFPA), Curso de Mestrado em Letras. marlitf@ufpa.br

² Assinale-se que ele nasceu na Bahia, filho de pais cearenses, e aos 15 dias de nascido foi levado para o Ceará, terra que adotou como berço.

[Rodolfo Teófilo] conhecia bem, da escravidão a que eram submetidos os seringueiros sob a pujança e o fascínio da selva, a vegetação e a mata em desordem, o entulho de galharias e folhagens sempre a embargar-lhes os passos, quando ainda tinham de enfrentar o beribéri e a maleita, doenças endêmicas de que era muito difícil fugir (LINHARES, 1987, p. 372)].

Convém assinalar que essa obra de Teófilo, seguindo o perfil de suas produções anteriores, *A fome* (1890) e *Os brilhantes* (1895), moldadas conforme o “naturalismo de inspiração regional” (BOSI, 2006, p. 194), toma o trágico como caminho da denúncia social, o mesmo acontece com o conto “O seringueiro”, do maranhense Humberto de Campos (1886-1934) possivelmente escrito logo após 1906, quando o autor se mostrou impressionado pelo livro que acabara de ler, *O filho pródigo*, de Hall Caine, cuja história provavelmente aproximou aos moldes locais.³

Esse conto, dividido em seis partes, retrata, em apenas uma delas, que toma um terço do todo, oito anos de “trabalho heroico e de economias desesperadas” (CAMPOS, 1983, p. 130) em um seringal amazônico, e acaba por ser mais a saga do nordestino açoitado pela seca do que a do seringueiro acometido por sofrimentos. E, se considerarmos sua possível acomodação da história do filho pródigo aos moldes locais nordestinos, soa mais como um conto do anedotário regional do que como uma representação literária que retrata o trágico com o fito de denúncia social.

Entre o romance de Teófilo, de 1899, e o conto de Campos, de 1932, temos 33 anos de distância e um grande número de narrativas, em língua portuguesa, que focalizam o espaço amazônico no movimento da economia da borracha, assumindo faces multiformes, mas interessantes, embora às vezes não muito “palatáveis” ao leitor comum. Em sua maioria, registram a presença do migrante nordestino, às vezes denominado metonimicamente de *cearense*.

Euclides da Cunha: o paradigma

É da primeira década do século XX, já no seu fecho, 1909, a obra de Euclides da Cunha *À margem da História*, publicada um mês após sua morte, mas por ele organizada. Podemos dizer que o marco biográfico fundante dessa obra foi a nomeação do autor como chefe brasileiro da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus.

À margem da História, segunda obra resultante dessa viagem, divide-se em quatro partes, sendo a primeira intitulada “Na Amazônia — terra sem história”, composta por sua vez de sete textos que representam estudos amazônicos do autor, tanto que foram publicados em coletâneas que pretendem abarcar toda a sua produção amazônica.⁴

Registram-se nesses textos, o que a crítica chamou de “análises percucientes e honestas” (PINTO, 1975, p. 11) do engenheiro, a quem a objetividade dos números e das fórmulas matemáticas auxiliou na percepção subjetiva da Terra e do Homem, permitindo que saltem dessas análises denúncias do abandono em que Terra e Homem amazônicos se encontravam, donde realmente o subtítulo “Terra sem história” fazer jus aos artigos.

³ Lê-se em nota da edição utilizada: “O autor acabava de ler *O filho pródigo*, de Hall Caine, em 1906, e narra o seu enredo, no Ceará, a um fazendeiro da serra de Baturité, quando este, concluída a descrição, objetou: — Essa história parece a de um caso ocorrido aqui mesmo, no Ceará, quando eu era menino. E contou o que se acaba de ler. Faz alguns anos, porém, o autor encontrou um pequeno conto de Lúcio de Mendonça que é, por alto, uma variante desta narrativa. A verdade — se há no caso alguma — tem, todavia, privilégio que não pode ceder à fantasia” (CAMPOS, 1983, p. 242-243).

⁴ *Um paraíso perdido*. Organização e introdução de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

Aparece nos textos um narrador assoberbado pela natureza “viva”, estonteante, e a esse assoberbamento soma-se a indignação do narrador contra a escravidão do seringueiro e contra a deplorável trajetória do caucheiro, denominado por ele de “construtor de ruínas”, que não só violenta a natureza, mas a si próprio na sanguinolenta guerra de acumular riquezas fátuas.

No antológico trecho sobre o estado social enfrentado pelas levas povoadoras do Acre em que assinala que o “*sertanejo emigrante* realiza, ali, uma anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se”, utiliza-se dos termos “sertanejo emigrante” e “cearense” para designar o seringueiro, assim como traça o contraste entre a situação do emigrante, desassistido por políticas governamentais, e a do imigrante, a princípio assistido.

Se nos voltarmos para a história econômica da Amazônia, teremos informações que nos ajudam a entender as interpretações euclidianas, bem como a interpretar o *boom* de narrativas que focalizaram a região nesse período de que estamos tratando, entre *O paraara*, de Teófilo, e “O seringueiro”, de Campos.

Roberto Santos, seguindo a economia local entre 1800 e 1920, informa:

(...) De fato, a pequena população, estimada em 137.000 habitantes em 1820, passa a 323.000 em 1870, 476.370 em 1890, 695.112 em 1900 e 1.217.024 em 1910 [...]. De uma produção nula de borracha no princípio do século, a região se aproxima das 30.000 toneladas em 1900; exporta mais de 15.000 toneladas de castanha-do-pará em 1917, [...] ultrapassa em 1920 as 9.000 toneladas de arroz, que de início mal alcançavam 1.400. Mais de 2.000 toneladas de milho são atingidas em 1910 e quase 10.000 em 1920. [...] E a renda por habitante, situada em torno dos 30 dólares em 1820, salta para 332 dólares em 1900 (SANTOS, 1980, p. 11).

Esse curioso registro de elevações tão grande de números, que abrangem população, produção e renda *per capita* da região, nos direciona para a imigração extrarregional “viva resposta para o problema da escassez de mão-de-obra que estrangulava a Amazônia e particularmente a produção de borracha, nos fins da década de setenta” (SANTOS, 1980, p. 117). O economista ainda traça a diferença do percurso entre a *imigração dirigida* e a *imigração espontânea* na região:

Pode-se considerar como *imigração dirigida* a que teve lugar para fins de colonização agrícola, com financiamento ou por exigência regulamentar do poder público, protagonizada ora por brasileiros, ora por estrangeiros; e como *imigração espontânea*, todas as outras espécies de fluxo migratório, estrangeiro ou nacional, inclusive o obtido, sob pressão da propaganda e recrutamento privados no nordeste do país, para o trabalho nos seringais.

A *imigração dirigida* esteve marcada pelo fracasso, fruto da inexperiência e precipitação, nas várias tentativas que se realizaram: a de Mauá com portugueses e chineses (1854), a dos norte-americanos (1866-67), a “francesa” (1875), a “açoriana” (1886), a “lusó-espanhola” (1896-1900) e, finalmente, a nordestina, além das de menor porte. Entretanto, parte da mão-de-obra da imigração dirigida se reorientou para os seringais. Por outro lado, a grande massa da *imigração espontânea* — em verdade, a única de grande importância numérica — também foi encaminhada aos trabalhos da borracha; a outra parte dos nacionais e a

quase totalidade dos estrangeiros tomaram o caminho das atividades terciárias e às vezes o do setor secundário (SANTOS, 1980, p. 117).

Por outro lado, já que estamos recorrendo à história econômica, cabe lembrar que estados pertencentes ao chamado Polígono das Secas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) “exportaram” numerosas levas de migrantes na grande seca de 1877-1879, levas cujos destinos se tripartiam entre o trabalho nas lavouras de café, no sudeste do país, nas plantações de cacau, ao sul da Bahia, e nos seringais amazônicos (GONÇALVES, 2006). No Ceará, os números chegaram a 36,52% da população de 700.000, donde ser compreensível o uso do termo *cearense* para designar o nordestino seringueiro.

Terminada a digressão e voltando a Euclides da Cunha, convém reforçar o caráter analítico, à guisa de relatório, de seus textos amazônicos inseridos em *À margem da História*. Deles, deve-se relevar “Judas Ahsverus” como o mais próximo de um conto, mesmo assim faltando-lhe maior tessitura entre as partes em que se divide, bem como um trabalho mais apurado no foco narrativo, de modo a plasmar o universo interno do seringueiro. Em todo caso, não só nesse texto, como nos demais, a escolha vocabular, o jogo imagético bem elaborado a ponto de dar som, luz e cor ao texto, não só surpreendem o leitor, como dão fidedignidade à denúncia que quer assumir. Veja-se o entusiasmo de Leandro Tocantins sobre esses textos:

Amazônia: o paraíso perdido de Euclides da Cunha. A Amazônia vista por um espírito iluminado, um revelador potente de realidades. Telúrico, selvagem, escultórico, lírico, profético, acusador. Não apenas para ser percebido nos efeitos teatrais, musicalmente sincronizados por um estilo em que arte e ciência se confundem. Sobretudo para ser entendido em suas revelações, suas interpretações, suas denúncias, suas intuições. Euclides da Cunha é quem primeiro desperta, com a auréola de nome consagrado nacionalmente, o brasileirismo-amazônico. [...] (TOCANTINS, 1986, p. xii)

Alberto Rangel: segundo paradigma

Passemos agora a tratar do pernambucano Alberto Rangel (1871-1945), também engenheiro, que trabalhou no Amazonas, entre 1900 e 1907, amigo de Euclides da Cunha, cujo livro *Inferno verde* teve o prefácio assinado por ele. Esse livro, que reúne 11 textos/contos, foi publicado em 1908, um ano antes do de Euclides, e tem, do ponto de vista literário, vantagens sobre aqueles estudos euclidianos, mas ficou obscurecido porque seu estilo ressoa ao do amigo, embora alguns de seus textos tenham servido de mote a certas abordagens que aparecem em “Na Amazônia — terra sem história”.⁵ É claro reiterar que a presença de *Os sertões*, de 1902, se fazia patente então na literatura brasileira, e ao que parece Rangel inebriou-se dele e nele.

Entretanto, as narrativas de Rangel, mais elaboradas para atingirem o caráter de conto, ainda pecam por um excesso descritivo e por ausência de voz interior das personagens. De modo geral, não saem do sumário e, quando atingem a cena, os diálogos

⁵ No conto “Maiby”, por exemplo, Rangel faz um longo discurso sobre a instituição do trabalho como escravidão branca nos seringais, além de mostrar a violência contra a mulher, assuntos coincidentes com os tratados nos textos referidos de Euclides.

são poucos. Predomina, de modo geral, a voz de um narrador externo, inconformado com o que vê, e por isso relata o que vê, descrevendo o máximo, e analisando os fatos, na tentativa de convencer o leitor em sua denúncia.

Lembremos que, nessas narrativas, Rangel não se detém apenas no retrato dos seringais, mas em um quadro mais abrangente da Amazônia, de modo a, tal como Euclides, instalar a contra face do paraíso amazônico.

Além da contra face do paraíso, cabe observar que Rangel não se deteve na figura do seringueiro, ou em seu drama, especificamente, dividindo, assim, a focalização sobre diferentes categorias sociais presentes na região. A figura do nordestino aparece em suas diversas e possíveis versões: como o cearense fugido da seca, a tomar posse de pequeno lote para cultivar, dentro daquela perspectiva da migração dirigida, e como aquele que singularmente resistira à “tentação da seringa” (RANGEL, 1914, p. 41); como latifundiário e usurpador de pequenas propriedades; e ainda como o pobre cearense seringueiro que entrega sua parceira para quitar parte da dívida contraída e depois, enciumada, sacrifica-a no tronco de uma seringueira, em “Maiby”, conto que pinta a trágica prisão dos seringais, denuncia a forma de escravidão branca e o desapareço da mulher. Maiby, conforme palavras do narrador, pode simbolizar a própria Amazônia.

Observemos que, naqueles anos de *belle époque* europeia, de avanços tecnológicos que descambarão nas reivindicações de rapidez dos manifestos vanguardistas, uma camada da elite intelectual brasileira volta os olhos para o Brasil ainda não observado e analisado, bem como o quer retratado literariamente. Para tanto, utiliza-se da atitude estética do momento: o realismo naturalista, com imagens hiperbólicas e em diálogo com uma tradição literária. Interessante é como “prospera” essa representação em se tratando de Amazônia.

Tributos aos paradigmas

Até a entrada da década de 1930, quando aparece “O seringueiro”, mas também *Terra de Icamiba* (1931), de Abguar Bastos, e *A selva* (1931), do português Ferreira de Castro, livro de referência sobre os seringais amazônicos, várias narrativas são publicadas. Fiquemos apenas com as de feitio mais longo: *Os seringais* (1914), de Mário Guedes; *Deserdados* (1921), de Carlos de Vasconcelos; *Terra imatura* (1923), de Alfredo Ladislau; *Terra verde* (1925), de Adauto Fernandes. Dentre essas narrativas, apenas *Deserdados*, do cearense Carlos de Vasconcelos (1871-1923), se apresenta como romance, sendo que as demais podem ser vistas como estudos descritivos e analíticos sobre a região, com o intento de abrangê-la no maior número possível de aspectos.

Desse modo, *Os seringais*, *Terra imatura* e *Terra verde* seguem passos de Euclides da Cunha e de Alberto Rangel, prestando-lhes tributos de várias formas, assim como a uma série de viajantes estrangeiros, citando-os, seja em epígrafes, seja no corpo do texto, além de tomarem emprestada a seus relatos a técnica da enumeração.

Euclides da Cunha comparece nas três narrativas: Guedes elogia-o no corpo do texto, Ladislau cita-o em epígrafes e nomeia o segundo capítulo de seu livro com o título “A Amazônia de Euclides”, e Fernandes recria a malhação de Judas, do Sábado de Aleluia sertanejo, em cima da matriz euclidiana de “Judas Ahsverus”. As três narrativas seguem a dicotomia implantada por Rangel: o mitificado Eldorado amazônico e potencial “celeiro do mundo” mostra sua potestade assombrosa, não por armazenar forças próprias que desequilibram o homem apequenado perante essas forças, mas porque faltam políticas de planejamento que não isolem o homem, apenas com sua força de trabalho e ferramentas rudimentares, nas grandes extensões de selva.

Nesse direcionamento, o tom reivindicativo é parte da economia dessas narrativas, e o migrante nordestino integra o elenco de personagens, ora enaltecido por sua honradez e tenacidade, ora colocado como pobre diabo, ignorante e bruto, fadado a uma sina entre flagelos antitéticos, seca e enchente. Em *Os seringais*, temos várias alusões, sobretudo ao cearense e em *Terra imatura*, de Alfredo Ladislau, o sexto capítulo, denominado “Os mingo-malaios e sertanejos”, conforme o título indica, é dedicado ao homem amazônico, e o narrador historia o juízo dominante sobre as qualidades morais e físicas dos mestiços da Amazônia, englobados, segundo ele, indiferentemente, sob as designações de *caboclos* e *tapuios*. O narrador, no início do texto, questiona a “pecha estigmatizadora”, dada a esses homens, de “fracos e indolentes, broncos e alcoólatras” (LADISLAU, 1923, p. 87). Depois, restringe a defesa, dizendo que nem todos os mestiços a merecem, e que a porção de tapuios do povoamento do Baixo-Amazonas, de ancestralidade asiática, que ele passa a designar de mingo-malaios, são os merecedores dessa designação. E constata que há dois tipos raciais na região: “Da índole mole desse mestiço e da predisposição sinérgica do homem do Meio-Norte, vêm-se corporificando na Amazônia duas existências sociais, de todo em todo antagônicas” (LADISLAU, 1923, p. 90).

Já em *Terra verde*, de Aduardo Fernandes, em capítulo da segunda parte, chamada apropriadamente de “estudo social”, o narrador retrata o homem amazonense, também sob os auspícios de preconceitos e equívocos das concepções científicas da época, com ranços positivistas em relação às teorias raciais.

O narrador, na mesma linha daquele de *Terra imatura*, traça um quadro dos vários tipos sociais e de diferentes origens raciais que habitam o Amazonas, desde o índio, visto como ignorante, preguiçoso, tomado de indolência, ao homem amazonense descendente dos primeiros colonizadores, dado que fica confuso e difuso para o leitor por falta de precisão sobre quem seria esse homem, ora bruto como a terra bruta, ora enobrecido por um caráter elevado. Em todo caso, o narrador destaca um grupo de homens naturais da terra, que não são índios, em contraste com os aventureiros ambiciosos, de moral elástica, preguiçosos, tomados da “indolência verde das selvas” (FERNANDES, 1925, p.167). O genuíno amazonense, cuja origem não fica esclarecida ao leitor, fortemente idealizado, aparece como exímio em várias atividades que a faina do dia a dia exige dele.

O tom de denúncia social, bastante presente na obra, cresce quando o narrador retrata o seringueiro, segundo ele, o tipo social mais caracterizador da região, em virtude do contexto econômico da borracha. O seringueiro é retratado como classe, “constituída de uma mescla deplorável de brancos e negros, mestiços e caboclos, nivelados pelo mesmo gênero de vida, hábitos e costumes, sem preconceitos, com falta absoluta de educação – oriundos do Nordeste brasileiro” (FERNANDES, 1925, P. 177-178).

Página depois, assim que termina de relatar, denunciando, a prisão que era o seringal para esses homens, escravizados, o narrador faz um aparte para enaltecer um desses conquistadores do sertão: o cearense. Então, toma emprestadas várias palavras e expressões euclidianas, principalmente as grandiloquentes, e exalta a tenacidade desse homem na “luta titânica” para dominar a terra.

DESERDADOS: MATRIZ ISOLADA

Vistas essas narrativas que ficaram entre o relato e o estudo sobre a Amazônia, com pretensões literárias, falemos daquela que melhor chegou ao literário, por se apropriar da forma romance: *Deserdados*, de 1921, do cearense Carlos de Vasconcelos, outro engenheiro que trabalhou no Amazonas.

Considerado por Temístocles Linhares como “[...] uma antecipação bem brasileira

de *La voragine* (1924) de José Eustásio Rivera⁶ e de *A selva* (1931) de Ferreira de Castro” (LINHARES, 1987, p. 382), o livro é instigante por várias razões. A primeira delas diz respeito ao trabalho romanesco do autor, que se preocupa em construir uma narrativa seguindo a urdidura ficcional, com personagens, enredo, narrador, tempo e espaço. Embora ainda haja um narrador em terceira pessoa, que revela tudo ao leitor de modo extradiegético, sem o uso do discurso indireto livre, muito menos do monólogo interior, recursos já conhecidos naqueles anos 20, pois ia longe a publicação de *Madame Bovary*, que revolucionara a técnica narrativa, há um enredo protagonizado por várias personagens. Elas se dividem praticamente em dois grupos: o dos “pequenos” e “perdedores” e o dos “grandes” e “ganhadores”. Ou seja: seringueiros sem posses, pequenos proprietários e posseiros vivem a luta do dia a dia não só para a sobrevivência naquela produção extrativista obsoleta e, ela sim, selvagem, como também para a resistência a alguns poderosos, um grande arrendatário de extensos seringais e um grande e inescrupuloso aviador de Belém, que estendem sua voracidade usurpando pequenas propriedades.

Encabeçam esse grupo de “menores” dois cearenses, de condições opostas, mas com destinos que se cruzam: o engenheiro Vítor Costa e o pobre seringueiro Teodózio. Ao lado deles comparecem muitos outros “pequenos”, e devemos lembrar que diversas mulheres vivem no enredo as agruras da fêmea, sem vontades, sem direitos, sem opções, a não ser cumprir a possibilidade de servir para o acasalamento dos machos. Elas são seviciadas em idades diferentes (aos oito anos Elvira; já mulher madura, Joana), são leiloadas, vendidas ou trocadas por dívidas, conforme os humores do patrão, quando viúvas, ou órfãs.

Vítor Costa, “arvorado defensor dos oprimidos” (VASCONCELOS, 1922, p. 63), exercendo a função de agrimensor de terras, é colocado em uma trama que ora beneficiaria Adelino Chagas, explicitado como ladravaz, ora José Mergulhão, o aviador, considerado pelo agrimensor como a “personificação da rapinagem” (VASCONCELOS, 1922, p. 92), e cujo nome indicia o que faz: mergulha no que é do outro. Nessa artimanha, “o tiro sai pela culatra” (VASCONCELOS, 1922, p. 241), expressão atribuída como título a um dos capítulos do romance, e Vítor Costa acaba cumprindo sua função, ajudando os pequenos proprietários a serem donos de suas terras. Mas o narrador não nos ilude; mostra Vítor Costa, ao final, pobre e enfraquecido por doenças, enquanto o trio da rapinagem — Adelino Chagas, José Mergulhão e Jenserico Fagundes, seringueiro de posses, — esbanja fora do Brasil o dinheiro que ganham.

Aparentemente uma pequena falha na composição do enredo dificulta ao leitor a localização temporal da narrativa. Por exemplo, os dois primeiros capítulos (“Ao sol do Ceará” e “Sobre as águas”) são narrados com o foco voltado para um sertanejo indeterminado, que, mesmo em tempos de chuva, sofre uma melancolia antecipada, como premonição do período de seca e da sua forçada migração, e depois, faz uma épica e dramática viagem de navio no percurso para o seringal. As personagens, protagonistas, antagonistas e secundárias, aparecem nominadas a partir do terceiro capítulo, intitulado “Escravizado”. Nesse ponto, o leitor entende que foi proposital a criação desses dois capítulos com essa forma de focalização, pois o narrador quer marcar com fortes tintas a denúncia social que pretende com sua narrativa, dado que conhecedor da história local e nacional. Ao final, intitula o último capítulo de “Transfiguração”, e amarra toda a narração, partindo de alguns personagens específicos para o geral, representado pela região

⁶ Linhares indica a data de 1928, mas, segundo Bella Josef (1986), o livro foi publicado em 1924. José Eustásio Rivera morreu em 1928, tentando a quinta edição da obra, em Nova York.

amazônica, apontando para o futuro dela, graças ao trabalho já realizado por essa leva de cearenses.

Fiquemos com dois pontos para enfatizarmos a denúncia social empreendida pelo romance. Seguindo a tradição de Euclides da Cunha e de Alberto Rangel, desde o início a Amazônia é focalizada como um inferno que oferece oportunidades àqueles homens abandonados pela sorte e predestinados a migrar: “Domina-o, nesse clímax de tragédia, a ideia de ir buscar nos antros do Inferno Verde as fictícias esmeraldas e velocinos pelos quais nunca pensara trocar a simplicidade e a paz deliciosa de campônio” (VASCONCELOS, 1922, p. 20).

A grande extensão territorial, as emboscadas urdidas pela natureza são sempre enfatizadas — “aqueles antros verdes, fartos de pântanos deletérios” (VASCONCELOS, 1922, p. 45) —, mas o homem é o responsável pela escravização do homem. E o homem escravizado é o seringueiro simplório, nem dono de sua força de trabalho, personificado como cearense. Dessa forma, a natureza amazônica, uma força quase indômita, fecha-se como cenário a reforçar a prisão desse homem corajoso e, sobretudo, um forte.

Esse homem aprisionado parece viver sempre a “conspiração dos demônios daquelas solidões inóspitas” (VASCONCELOS, 1922, p. 43), donde a presença constante do patético, do grotesco e até do horripilante, sendo que em muitos desses retratos a direção é dada pelo lúbrico. Temos, assim, mortes assombrosas, com cenas que causariam inveja a muitas narrativas cinematográficas ou televisivas atuais que exploram a morte e a necropsia (veja-se o capítulo IX “Uma necropsia horrífera”), além daquelas de antropofagia ou de necrofilia.

Como dissemos antes, há vários aspectos que outorgam literariedade à obra de Vasconcelos, e que a farão, por sua vez, paradigma para outras posteriores, caso das lendas locais recolhidas e aproveitadas na economia da obra (a cobra grande, por exemplo), bem como o que é característico da região (a desova das tartarugas e sua covarde matança na ocasião); no entanto, a linguagem do narrador, por demais cuidada, por demais erudita, fecha ao leitor de agora a possibilidade de aproveitar a beleza de muitas imagens, como as da cena de abertura da narrativa:

Sussurram ainda as trovas brejeiras dos simplórios campônios, nos festins
quentes ao mourejar diurno, nos roçados esmeraldinos de minha terra;
balam, mansuetos, os laníjeros pelas várzeas; cambalhotam, endiabrados,
os caprinos pelas quebradas sáxeas e gemem as fontes múrmuras queixas
de despedida em rumo do mar longínquo, ao grimpar céleres os socialcos
de juzante. — O luar dos sertões infiltra uma suave melancolia no
psiquismo desses modernos Anteus, cuja grandeza de labor secular contra
os caprichos da terra e contra as crueldades do éter desafia rivalidades.
(VASCONCELOS, 1922, p. 9).

Para não concluirmos com o lugar-comum de atribuímos a Vasconcelos o mérito de, até então, ano de 1921, melhor ter retratado, ficcionalmente, a Amazônia ou a saga do nordestino na Amazônia, a suprir pela fuga da seca a falta de mão-de-obra local, e vivendo uma bárbara aventura, é interessante refletirmos sobre os instrumentos fornecidos pelo contexto literário ao autor.

Em primeira edição *Deserdados* foi publicado em 1921 e, pelas dez páginas de excertos da imprensa, colocados na segunda edição, de 1922, publicada no Rio de Janeiro, concluimos pela boa recepção da obra, em termos de crítica. Cabe observar que o romance de Vasconcelos, ao lado dos textos de Euclides e de Alberto Rangel, marca presença no

cenário das duas primeiras décadas do século XX, uma vez que se debruça sobre a realidade brasileira e contribui para desmitificar e desmistificar o que um grande grupo de autores falava sobre a Amazônia, ou fantasiava sobre o Eldorado. Nesse sentido, o sertanismo desses autores, a despeito de ainda utilizarem uma linguagem ou técnica do Naturalismo, assume “a superação do otimismo patriótico e a adoção de um tipo de pessimismo diferente do que ocorria na ficção naturalista” (CANDIDO, 1987, p. 160). Este seria um regionalismo problemático que se chamou de romance social, e que Antonio Candido aponta como presente na fase de pré-consciência do subdesenvolvimento, que marcou a literatura brasileira e latinoamericana (CANDIDO, 1987). Vasconcelos fez parte da elite sensível que estudou o país e o quis retratado literariamente. Pena que os livros subsequentes — *Terra imatura* e *Terra Verde* — não tenham seguido *Deserdados*, caindo naquele telurismo datado e fadado ao esquecimento, dando margem a ser creditada, no Brasil, a um colombiano e a um português o que seria herança de Vasconcelos.

Referências Bibliográficas

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 140-162.
- CAMPOS, Humberto de. O seringueiro. In: ---. *O monstro e outros contos*. São Paulo: Opus, 1983. p.119-139
- COLARES, Otacílio. “Introdução”. In: ---. *Fome e peste na ficção de Rodolfo Teófilo*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p. ix-xviii.
- CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- GALVÃO, Francisco. *Terra de ninguém*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.
- GALVÃO, Walnice Nogueira & GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.
- GONÇALVES, Paulo César. *Migrações e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- JOSEF, Bella. *Romance hispano-americano*. São Paulo: Ática, 1986.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana, org. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas [SP]: Ed. da Unicamp; São Paulo: Memorial da América Latina, 1994. p. 665-702.
- LINHARES, Temístocles. *História crítica do romance brasileiro: 1728-1981*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987. V. 2.
- PEREIRA-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- PINTO, Rolando Morel. “Introdução”. In CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975. p. 9-17.
- ROCHA, Alexandre Caroli. *O caso Humberto de Campos: autoria literária e mediunidade*. Campinas [SP]: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 2008. Tese de doutorado. Disponível em www.hoje.org.br/.../HumbertodeCampos_tese-Alexand...
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- TOCANTINS, Leandro, org. *Um paraíso perdido*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1976.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

VASCONCELOS, Carlos de. *Deserdados*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.